



Por Prakash Rautail

Os Desafios da independência económica

Por ocasião dos 35 anos do Banco de Moçambique produzi uma reflexão sobre os anos difíceis da construção do nosso Estado desde que somos Nação há 35 anos e os caminhos que nos iriam conduzir à edificação de uma economia que desse substância à independência de Moçambique, ou seja a edificar uma economia que acrescentasse valor aos imensos recursos disponíveis no País e aproveitasse ao máximo as capacidades disponíveis localmente. Desta vez, pede-me o SAVANA para que, em jeito de reflexão, trace alguns desafios para o alcance dessa utopia que nos é tão cara e nobre: a Independência Económica de Moçambique, por forma a beneficiar todos.

PAÍS EM ESTADO DE GUERRA, MUNDO A DUAS CORES

Antes que me debruce sobre os desafios que se nos impõem para o alcance da Independência Económica, é preciso que contextualizemos o momento em que começamos: estávamos na fase em que o País acabava de proclamar a sua Independência Política. Resultava que a Independência não podia se resumir em colocar a Bandeira Nacional e pôr os Moçambicanos no poder. Era necessário que o País todo usufruísse dessa Independência, e era preciso gerar riqueza nacional e isso implicava ter sucessos marcantes nas diversas frentes da economia e da sociedade. Este conceito de Independência Económica está interligado ao conceito de crescimento e desenvolvimento económico, e de fazê-lo de forma competente e independente.

Naturalmente, olhando aos olhos de hoje, a linha de fundo permanece e à medida que a globalização se aprofunda a Independência Económica deve ser substanciada na sustentabilidade do processo económico e no máximo uso dos recursos naturais e das capacidades humanas e técnicas existentes. Este processo endógeno, centrado no máximo uso de recursos existentes, permite dizer que o País cresce sustentadamente. No plano político, até 1992, passaram-se por anos sistemáticos de destruição equipamentos, instalações fabris, unidades de produção, roubo de bens e assassinato de dirigentes e trabalhadores, destruição mática, secas, inundações e outras calamidades - essa etapa pode ser caracterizada por uma gestão da economia em condições de guerra, porque tivemos que tomar medidas administrativas drásticas, promover a austeridade, apertar o controle, racionar bens alimentares, assegurar a expansão do ensino e os serviços de saúde, ao mesmo tempo em que se defendia a integridade territorial e se enfrentava o conflito armado.

Nesse período, embora em condições de guerra, foram lançados inúmeros projectos de desenvolvimento que constituiriam o alicerce da Independência Económica, muitos dos quais a guerra inviabilizou, mas que agora, em paz e tranquilidade, estão a ser relançados, principalmente no sector das infraestruturas, das minas, da energia e do sector de turismo e do agro-negócio.

Naturalmente que, aos olhos de hoje, é possível equacionar de forma mais serena os momentos e factos que vivemos no passado. É possível, é fácil, aliviar que se poderia ter sido feito de outra maneira, ou que se poderiam ter tomado outras opções políticas. Mas as coisas são como são e no momento que acontecem e, resolvem-se com os recursos que se têm disponíveis no momento.

No período em análise, desde a indepen-

dência em 1975 até 1987 (início do Programa de Reabilitação Económica) foi preciso agir, fizemos as coisas acontecer. Conduzimos o navio em alto mar, com grandes ondas resultantes do conflito este-oeste, com o estrebuchar dos regimes racistas nas nossas fronteiras e com grande fragilidade institucional, característica de um Estado recém-independente e com poucos quadros qualificados.

Fomos enfrentando os desafios com coragem, não conhecíamos os contornos finais, o povo estava unido e mobilizado, acreditávamos na justeza das nossas teses embora não estivesse totalmente claro onde iríamos desaguar exactamente. Enfrentamos os problemas com forte unidade e disciplina, muita austeridade, com espírito de servir, com determinação e certeza.

Havia grande espírito de sacrifício porque se acreditava na justeza do que se estava a fazer e porque se via o bom exemplo e comprometimento dos governantes. O Mundo, na altura, permitia ver as coisas apenas a duas cores, mas hoje permite vê-las a cores múltiplas... Não sucumbimos às pressões para encurtar etapas, que porventura poderiam aligeirar tensões imediatas e que até poderiam minorar as agressões e as destruições perpetradas pelo apartheid e seus agentes, mas que certamente iriam condicionar o nosso futuro, a nossa soberania e a liberdade de sermos nós próprios. Depois de 1992, com a pacificação e a estabilização do País, lançam-se as primeiras linhas para aprofundar o crescimento nacional, já numa perspectiva de integração à região da África Austral e ao mundo, com a concretização de grandes projectos de investimento directo estrangeiro, que mudaram a face da nossa economia, embora não tenha contribuído de forma determinante para superar os inúmeros constrangimentos que a economia, principalmente a microeconomia, enfrenta no seu dia a dia.

APOSTA NA MICROECONOMIA E NO BANCO DE DESENVOLVIMENTO

Os desafios da fase presente continuam a ser os mesmos, que se consubstanciam no objectivo de assegurar um crescimento sustentável. Em adição aos projectos de investimento estrangeiro, muito mais terá que ser feito para o aumento da produtividade e da produção agrícola, para o relançamento da microeconomia ligada à agro-indústria, à pecuária, aos transportes, à indústria ligeira, às actividades mineiras, etc, aos sectores que acrescentam valor. E nestes sectores onde me parece que estão mais valias ainda não exploradas plenamente e que podem rapidamente ser dinamizadas e assim gerar riqueza, gerar emprego, aumentar impostos, beneficiar os empresários e os trabalhadores, os agricultores, as famílias.

O aumento da produtividade agrícola, o envolvimento da produção familiar e da agricultura comercial, o enfoque na agro-indústria, em paralelo com o desenvolvimento mineiro e de toda a microeconomia, parece-me que são os pilares deste crescimento sustentável.

Outro instrumento importante para promover a independência económica é a criação de um banco de desenvolvimento que, conjuntamente com a banca comercial existente, estenda os créditos concessionais de médio e longo prazo para a economia, particularmente para a micro, pequena e média empresa.

É assim que se fez e faz na Indonésia, na Malásia, no Brasil, na África do Sul, na China. A força económica da Itália, da Suíça, dos Países Nórdicos advém de empresas familiares, de pequenas e médias empresas. Mas elas possuem competências que lhes são fornecidos pelas instituições do Estado. É este apoio que as permite competir no plano mundial e por vezes, internacionalizar-se.

Os empreendedores, os pequenos empresários, são envolvidos em incubadoras, são apoiados técnica e financeiramente e com apoio em matéria de investigação científica,

por forma a possuírem competência para participar no mercado.

Para mim, o know-how, a investigação e o acesso aos recursos técnico-financeiros concessionais é a base para o envolvimento intensivo dos empresários no mercado que é cada vez mais competitivo e mais global. Para mim, não há dúvidas que o futuro de Moçambique está associado ao desenvolvimento agrícola, agro-industrial, agro-florestal, ao turismo, ao desenvolvimento de recursos mineiros, muitos dos quais ainda são desconhecidos ou permanecem inexplorados. Um sector chave será o desenvolvimento da energia, sustentado em recursos hídricos, no carvão, no gás natural e eventualmente no petróleo. Felizmente vivemos num país onde todos usufruem a paz e a tranquilidade.

Não há dúvidas que o instrumento essencial para o alcance disso é o ensino técnico-profissional e o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, com enfoque na juventude e nos adultos trabalhadores.

A ECONOMIA PRECISA DA FILOSOFIA TANTO COMO DA MATEMÁTICA

No mundo de hoje parece-me fundamental o domínio da língua portuguesa e do Inglês, parecem-me centrais o conhecimento da matemática e o ensino e divulgação da filosofia. A matemática permite agilidade e flexibilidade.

Na economia real é fundamental gerar riqueza e para isso temos que ir para além das operações de dividir e ou subtrair os recursos provenientes da ajuda internacional, sinto que é fundamental apoiar decididamente o sector privado para investir e assim concretizar as operações de multiplicar e de somar. Na minha óptica, criar bom ambiente de negócio não é suficiente. O sector privado necessita de impulso do Estado, necessita de instrumentos para alavancar as suas acções.

O crescimento do País não pode ser feito olhando apenas para a forma de como enriquecer individualmente, há mais mundo para além do dinheiro: a competência, a igualdade de oportunidade, a transparência, a ética, a deontologia, a postura cívica, a competição leal e outros são dimensões do crescimento que se deve ambicionar. A filosofia permite abrir novos horizontes, permite aferir outras experiências, conhecer outros pensamentos e modelos, outras dimensões e experiências, permite ver as coisas sob outros parâmetros. Ela permite definir os modelos que se ajustam à nossa realidade.

Os modelos de cada País não são modelos definitivos, não há uma forma única para todos, nem num negócio há uma solução única, por isso que a filosofia permite dotar de instrumentos mentais que nos facilitam a compreensão do universo em que vivemos e do meio que nos rodeia.

A resposta às questões diárias, a abordagem das questões estratégicas, resultam de matrizes mentais de que dispomos e quanto mais versáteis forem as matrizes que cada um de nós detém, maiores opções são colocadas às soluções que buscamos, seja no plano financeiro, no plano ético, no plano moral mas também no campo técnico.

A filosofia dá-nos esta possibilidade de questionar... e a resposta às questões será melhor dada, se o questionamento for devidamente feito; se a pergunta for bem colocada, a resposta tem melhores chances de vingar, e isto é dado pela leitura e estudo permanente do que os outros fazem e fizerem perante circunstâncias similares; e que os outros pensaram e fizeram permitenos responder de forma mais efectiva e consentânea aos problemas que vivemos.

Os desafios que temos a enfrentar exigem competência e esta competência advém do ensino, cada vez mais profissionalizante. No Brasil, o empreendedorismo é ensinado nas escolas pré-primárias; o sentido da poupança é ensinado no pré-primário. Mas também se adquire essa competência na vivência diária; eu aprendi a fazer negócio

com cinco anos: para ter um berlinde era preciso vender dez berlindes...

CRESCER COM A REGIÃO E COM O MUNDO

Um desafio do futuro vai ser a maneira como nos enquadrarmos no contexto da integração regional, a SADC pode ser uma SADC de cidadãos, não apenas de comércio e de circulação de pessoas. A cooperação inter-Estados e a cooperação empresarial podem gerar sinergias ainda maiores, com vantagens mútuas, e isso pode promover o crescimento da produção e da produtividade, em vários sectores.

O segredo da estabilidade futura da região está em partilhar a riqueza de forma equitativa para todos os Estados e em cada Estado, para todos os cidadãos. Assegurar a igualdade de oportunidades é tarefa inalienável de cada Estado. A luta contra a pobreza também se faz criando a riqueza - possivelmente está é a forma mais sustentável e tem efeitos de longo alcance. Para assegurar a sustentabilidade social, esta riqueza deve ser redistribuída de forma ampla. Parece-me essencial que a redistribuição da riqueza nacional seja abrangente e inclusiva.

Há 40 anos, toda esta região era dominada, no seu aspecto formal, pelo apartheid e pelas forças racistas. Hoje estamos livres para circular daqui para Luanda, de Lobito a Namalua, ou de Mtwara para Durban. É esta ampla região que pode trazer sinergias que nos possam levar ainda mais longe. Não há uma fórmula única que nos permita alcançar a independência ou soberania económica de forma isolada ou isolacionista, despendida das instituições e mecanismos multilaterais de financiamento. Hoje em dia, de forma geral, todos os países se inter-relacionam uns com outros, uns de forma mais intensa.

As dinâmicas globais à escala planetária interagem com dinâmicas nacionais e locais. E, cada vez mais, se caminha para a formação e consolidação de blocos. As políticas nacionais em geral devem harmonizar-se com os grandes paradigmas mundiais, principalmente das instituições multilaterais - FMI, o Banco Mundial, as Nações Unidas mesmo quando muitas das políticas, por vezes, são incoerentes ou geram efeito perverso. Naturalmente que isso deve ser objecto de luta permanente por forma a que essas políticas se adequem à nossa realidade.

Se olharmos para o nosso plano da saúde, as políticas formuladas pelas nossas instituições nacionais articulam-se com as linhas fundamentais da OMS (Organização Mundial da Saúde), o que não lhe retira a substância nacional nem o "ownership". Idem aspas se analisarmos as regras da nossa aviação civil, todos os aviões do mundo, incluindo os aviões registados em Moçambique, operam no quadro da ICAO. Em jeito de análise final, o que significa independência económica? Significa crescimento constante, assente o mais amplamente possível nos recursos e nas capacidades nacionais, melhor inserção na economia regional e internacional. Parece-me fundamental eliminar os constrangimentos que ainda não viabilizam um cenário óptimo ao nível empresarial. Capacitação dos agentes económicos e dos trabalhadores e assegurar um crescimento equitativo e partilhado, em que todos e cada um se sintam como parte do crescimento e que não se sintam excluídos.

Ao Estado compete algo de importante e fundamental: "de forma isenta e transparente, proporcionar igualdade de oportunidade para todos".

É inquestionável que o País se encontra numa fase de grandes realizações, particularmente no que respecta à pacificação e ao desenvolvimento de infra-estruturas assim como os progressos alcançados na educação e nos serviços de saúde. Torná-los extensivos para todos e aumentar a sua qualidade são desafios constantes.

*Ex-Governador do Banco de Moçambique e actual PCA do MozaBanco e da Mocambique capitals